

Saber histórico e mimese em Paul Ricoeur

Historical knowledge and mimesis in Paul Ricoeur

Ivanhoé Albuquerque Leal^{*}

Resumo: Analisaremos uma das teses diretoras da teoria narrativa de Paul Ricoeur que concebe o saber histórico como indissociável da habilidade narrativa oriunda do paradigma mimético aristotélico. Em face do rigor científico imposto à explicação histórica, ao conceito de acontecimento elaborado pela Nova História francesa e à dicotomia entre tempo histórico e tempo da ação, ocorre uma ruptura em três graus: o primeiro, entre os procedimentos explicativos e a força explicativa da intriga; o segundo, entre as entidades construídas pelo historiador e os personagens da intriga e, em decorrência desses dois graus anteriores, o terceiro, entre a multiplicidade do tempo histórico e a dialética temporal da intriga. Essas cisões levam a fenomenologia hermenêutica ricoeuriana a desenvolver instrumentos conceituais tais como a *quase-intriga*, o *quase-personagem* e o *quase-acontecimento*, para demonstrar a derivação do conhecimento histórico da síntese da heterogeneidade, própria do *muthos* trágico. A especificidade científica de uma explicação histórica, a diversidade do que pode ser considerado como agentes de uma ação e a multiplicidade do tempo não tornam dicotômicos o saber histórico e a composição mimética.

Palavras chave: Configuração . Prefiguração . Síntese da heterogeneidade.

Abstract: We'll be analyzing one of the main theses of Paul Ricoeur's narrative theory which conceives the historic knowledge that is inseparable from the narrative skill derived from the Aristotelian mimetic paradigm. In the face of the scientific rigor imposed to historical explanation, the concept of event prepared by the New French History and the dichotomy between historical time and time of the action, there is a break in three degrees: the first one, between the explanatory procedures and the explanatory power of intrigue; the second, between the entities constructed by the historian and the characters of the intrigue and, due to these two previous degrees, the third one, concerning the multiplicity of historical time and the temporal dialectic of intrigue. These splits lead to ricoeurian hermeneutic phenomenology to develop conceptual tools such as quasi-intrigue, quasi character and quasi event to demonstrate the derivation of historical knowledge synthesis of heterogeneity, which is common to the *muthos* tragic. The scientific specificity of a historical explanation, the diversity of what can be considered agents of an action as well as the multiplicity of time do not make dichotomous the historical knowledge and mimetic composition.

Keywords: Setting. Foreshadowing. Heterogeneity synthesis.

^{*} Professor do Programa de Graduação e Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em filosofia pela Université Marc Bloch (Strasbourg/França). Email: ivanhoeal@uol.com.br . Data de submissão 23/03/2015 e aceite em 15/10/2015.

Introdução

A compreensão do saber histórico mantém um vínculo indissociável com a habilidade narrativa oriunda do paradigma mimético aristotélico. Analisaremos aqui essa concepção, que é um dos componentes da tese diretora da teoria narrativa de Paul Ricoeur. Pensar a história é uma inquietação permanente ao longo de sua obra, desde os escritos juvenis condensados em *Histoire et vérité* (RICOEUR, 1964), nos quais a constituição plena da subjetividade humana é mediada e instruída pela intencionalidade da própria história, até *La mémoire, l'histoire, l'oubli* (RICOEUR, 2000), publicada várias décadas após a época inaugural, cinco anos antes da sua morte. Essa última se concentra na análise acerca da autoconstituição da memória, orientada sob o signo da coesão da vida. Entre essas duas obras, emergem os três volumes de *Temps et récit* (RICOEUR, 1983), que manifestam rigorosamente a imponência do ato narrativo como uma proposição de sentido a nossa existência no mundo e consistem em um grande centro irradiador de uma concepção hermenêutica da história, que retoma e desenvolve temas lançados nos textos iniciais e exprime construções conceituais que apontam horizontes de abordagem sobre a condição histórica da experiência humana nos textos ulteriores. Nesta obra monumental, Ricoeur concebe o ato de narrar como modo de emprego da linguagem que articula e clarifica o caráter temporal da existência humana, bifurcada entre o cronológico e o fenomenológico.

O narrativo se exalça enquanto convergência de qualidades específicas, tanto do discurso histórico quanto do literário¹²⁷. A ciência da história constitui a chave necessária para a construção da temporalidade humana e exerce sua operacionalidade fincada primordialmente na configuração textual segundo propõe Aristóteles na sua Poética. Desta última, a análise ricoeuriana retém a noção de *muthos* trágico, que a traduz para o francês por *mise en intrigue* (organização da intriga) e identifica com a noção de *mimese*. Essas duas noções estão sempre associadas, porque compor uma intriga significa organizar fatos,

¹²⁷ Em *Da dignidade ontológica da literatura* de GAGNEBIN (2016, p. 35-55), encontramos um perfil preciso do discurso literário em Ricoeur, analisado conforme duas perspectivas da irreverência ricoeuriana. A primeira, face à primazia das elaborações conceituais, isto tanto vinculada aos seus trabalhos inaugurais sobre o símbolo e o mito, quanto, seguindo o movimento evolutivo de sua reflexão, aos estudos sobre a metáfora e o narrativo. A segunda, contra a transparência da consciência constituinte, que desemboca na capacidade da reconstrução permanente da subjetividade, inovando e ajustando nosso modo de pertencer ao mundo.

representando-os mimeticamente: a ordenação (*muthos*) dos fatos é a *mimese* (representação ou imitação) da ação. Aqui intervém a arte do poeta, que reúne os meios, os fins, o acaso, os motivos de uma ação. Isto significa que a conexão de elementos heterogêneos manifesta uma unidade de sentido, há um começo, um meio e um fim, ou seja, a partir de acontecimentos contingentes, a intriga extrai uma história, articula uma representação do tempo na ordem de *um após o outro* (sequência cronológica) e na ordem de *um por causa do outro* (encadeamento configurativo). Porém, esses caracteres temporais não são desenvolvidos explicitamente por Aristóteles, a tematização propriamente acerca do tempo tem lugar na sua Física e não na Poética. É a partir desse ponto que Ricoeur propõe desprender do ato configurativo peculiar à intriga os aspectos temporais.

A temporalidade concernente à intriga não se aplica diretamente ao tempo dos acontecimentos do mundo. Ela diz respeito ao tempo interno da obra, caracterizado pela noção que o leitor faz do *todo*. A originalidade de Ricoeur consiste em estender o momento configurativo, denominado por ele *mimese II*, ao prefigurativo e ao refigurativo, respectivamente intitulados *mimese I* e *III*. A inteligibilidade da *mimese II* implica tanto a compreensão do mundo concreto da ação precedendo a composição textual (*mimese I*), quanto os efeitos da narrativa sobre a ordem da ação (*mimese III*), sucedendo às operações configurantes. O encadeamento entre os três estágios miméticos instaura a mediação entre o caráter temporal da experiência humana e o discurso narrativo. Esse último reconstrói o conjunto das operações "pelas quais uma obra se eleva sobre o fundo opaco do viver, do agir e do sofrer [*mimese I*] para ser dada por um autor [*mimese II*] a um leitor que a reconhece e assim muda seu agir [*mimese III*]" (RICOEUR, 1983, p. 106-107; [p. 86]).¹²⁸ A tríplice *mimese* se impõe enquanto pressuposto fundamental que elabora a mediação entre tempo e narrativa.¹²⁹

¹²⁸ Doravante, utilizaremos os colchetes para indicar a paginação correspondente na edição em português. No entanto, optamos, no conjunto do texto, por uma tradução livre.

¹²⁹ Sabemos que Ricoeur adota a noção benvenistiana (BENVENISTE, 1966) de discurso enquanto retomada do sistema linguístico em um acontecimento singular de caráter dialogal que se refere ao meio cultural circundante. Deste modo, o discurso é composto de quatro elementos: um locutor, um interlocutor, uma temática e uma referência. A consideração desses traços impulsiona Ricoeur a ultrapassar os limites da configuração (*mimese II*) em direção à prefiguração (*mimese I*) e à refiguração ulterior (*mimese III*). A elucidação do discurso conduz a uma concepção de narrativo que fusiona esses três estados miméticos com

O encadeamento dos fatos corresponde ao mundo inventado pelo poeta, oposto ao mundo real onde se desenvolve a ação efetiva. O paradigma mimético é emblemático da configuração fictícia, imaginada: *o mundo do como se*. Nessa perspectiva, a intriga introduz entre o real e o fictício uma ruptura, entretanto esse corte não impede que a arte poética permaneça vinculada à ação. Esse vínculo com a ação, assinala Ricoeur, torna o modelo aristotélico paradoxal, dado que ele mantém, apesar da cisão com o mundo real, uma ligação oblíqua, indireta com a ordem da ação. Por conseguinte, o termo *ficção* adquire uma dupla significação: uma geral, que é sinônima de configuração imaginada (em epopéias, dramas, tragédias, romances, novelas) e outra particular, que se opõe à pretensão da narração histórica de constituir-se uma narrativa verdadeira, pois esse gênero de discurso refere-se às ações que de fato aconteceram. Essas concepções traduzem certa bifurcação do narrativo em duas classes de discurso, cujo esclarecimento nos ajudará a discernir o lugar da história na teoria narrativa.

Antes de tratar do dinamismo mimético, vamos nos ater especialmente a correlação entre mimese II e I, onde se mostra incontornável o caráter temporal da ação imerso nas estruturas prefigurativas. Cabe ressaltar que o paradoxal apontado pelo Ricoeur se mostra mais problemático quando essa correlação é examinada segundo a tese de pertença do saber histórico ao campo narrativo. Do ponto de vista de Ricoeur, o rigor científico imposto à explicação histórica, o conceito de acontecimento elaborado pela Nova História francesa (*Annales*)¹³⁰ e a defasagem entre tempo histórico e tempo da ação afastam mais ainda do modelo mimético as operações configurativas concernentes à ciência da história. Podemos dizer, em outros termos, que se verifica uma ruptura entre conhecimento histórico e compreensão narrativa em três graus: o primeiro, entre os procedimentos explicativos e a força explicativa da intriga; o segundo, entre as entidades construídas pelo historiador e os personagens da intriga; em decorrência desses dois graus anteriores, o

os componentes do círculo hermenêutico; o autor, o leitor e o contexto. A conexão promovida pela intriga entre dimensões temporais diferentes assegura à mimese II o papel de pivô na medida em que lança o leitor no percurso da mimese I à mimese III, sendo esse último momento caracterizado pela “colisão entre o mundo do texto e o mundo da vida” (RICOEUR, 1983, p. 319; [p. 258]).

¹³⁰ Revista fundada por Lucien FEBVRE e Marc BLOCH em 1929, sob o título *Annales d'Histoire économique et sociale*. Depois, em 1939, os *Annales* tornaram-se os *Annales d'Histoire sociale*; em 1942, as *Mélanges d'Histoire sociale* e, em 1946, *Annales (Economies, Sociétés, Civilisations)*. A renovação das ciências humanas com o papel essencial da história foi o fim perseguido pela corrente de pensamento que animava a revista. Desde então, o termo Nova História é empregado para designar o conjunto dos artigos, ensaios e obras oriundos dessa tendência.

terceiro, entre a multiplicidade do tempo histórico e a dialética temporal da intriga. Diante dessas rupturas Ricoeur desenvolve instrumentos conceituais, que examinaremos adiante, tais como a *quase-intriga*, o *quase-personagem* e o *quase-acontecimento*, para demonstrar a derivação do saber histórico da competência narrativa própria ao paradigma do muthos trágico.¹³¹ Deste modo, o objetivo da atual análise se insere no âmbito das implicações epistemológicas advindas das rupturas acima citadas, isto é, no exame da relação e do vínculo entre os momentos configurativo e prefigurativo da ação envolvidos no saber histórico.

O mundo prefigurativo da mimese I

Tomemos como ponto de partida para compreender a construção conceitual proposta por Ricoeur a extensão do modelo aristotélico situado entre o antes e o depois de ato configurativo, entendido como operação que fixa os diversos elementos integrantes de uma história na matéria verbal e que é designado como *síntese da heterogeneidade*. Vejamos então, de modo breve, já que não cabe aqui uma análise pormenorizada dos estágios miméticos,¹³² o que acrescenta maior clareza à tese da derivação do saber histórico da inteligência narrativa.

Em decorrência de estarmos originariamente imersos no mundo e de sermos afetados por situações, temos algo a dizer, uma experiência a transpor para a linguagem. Esse fato circunscreve e enraíza três componentes do que a fenomenologia hermenêutica

¹³¹ Esses conceitos, enquanto elos entre o explicativo e o narrativo, são antecidos por um duplo movimento de afastamento. Por um lado, o ponto de partida é o modelo nomológico de Hempel (HEMPEL, In GARDINER, 1959) que concebe uma função análoga para as leis em história e nas ciências da natureza. No entanto, a diferença entre regularidades na natureza e na história leva a uma crítica interna ao modelo, mas sem abandoná-lo. É o que ocorre nos trabalhos de Gardiner (*in* GARDINER, 1959), de Nagel (*in* GARDINER, 1959) e de Frankel (*in* GARDINER, 1959). Há ainda uma crítica externa, que não hesita em rejeitar a noção mesma de explicação, também destacada por Ricoeur (1983, p. 200-216), conforme as análises que empreende a respeito das obras de Dray (1957) e, particularmente das de Wright (1971), que insere o elemento intencional na estrutura da explicação causal. Podemos então falar de uma flexibilidade da explicação rigorosa em direção a certa narratividade. Por outro lado, ao enfraquecimento e à diversidade dos modelos explicativos corresponde, em contrapartida, no campo das investigações das estruturas narrativas, uma inclinação para a explicabilidade, isto é, para elevar o narrativo ao patamar de modelo explicativo; isso através das noções de *frase narrativa* de Danto (1965), de *explicação configurante* de Mink (*In* DRAY, 1966) e de *explicação por intriga* de White (1973), todas examinadas por Ricoeur (1983, p. 255-310; [p. 205-249]).

¹³² Sobre a correlação e os desdobramentos relativos à tríplice mimese, Cf. RICOEUR (1983, p. 105-162; [p.85-131]) e, especificamente a respeito da mimese III, Cf. RICOEUR (1983, p. 136-162; [p.110-131]).

de Ricoeur designa como mimese I: as *estruturas inteligíveis*, as *fontes simbólicas* e o *caráter temporal da ação*. Quanto ao primeiro, essas estruturas têm a ver com a competência para utilizar a malha conceitual apropriada ao campo prático. À semântica do termo ação se articulam noções, tais como as de objetivo, de fim e de motivo, cujo emprego na relação de intersignificação possibilita a compreensão prática da ação. O uso pertinente da semântica concerne à familiaridade com as modalidades do discurso narrativo engendrado por uma determinada comunidade.

As fontes simbólicas do campo prático são o segundo componente da pré-compreensão da ação. A noção de símbolo praticada por Ricoeur é de natureza cultural, aquilo que aparece como formas imanentes de um contexto determinado, não se identificando com os signos das operações lógicas nem com uma pura interioridade do espírito. Os símbolos dizem respeito às formas de significação exteriores decifráveis pelos atores sociais. A ação sempre se encontra mediatizada pela totalidade simbólica que convencionou certo contexto significativo. Portanto, o mesmo gesto de levantar o braço pode ser compreendido como uma maneira de saudar, de chamar um táxi ou de votar. Uma conduta qualquer pode ser interpretada em função de certas convenções que descrevem ou prescrevem o agir inserido em certo ambiente cultural. Nesta perspectiva, os costumes, os hábitos de uma comunidade exprimem um simbolismo em função do qual a ação recebe um valor.

Por fim, quanto ao caráter temporal da mimese I, ponto essencial para entender o vínculo entre explicação histórica e competência narrativa, trata-se das estruturas envolvidas na ação "que reclamam a narração" (RICOEUR, 1983, p. 118; [p.95]). Ricoeur considera essas estruturas como indutores da narrativa que podem ser percebidos segundo a correlação entre as noções da malha conceitual adequada ao campo da ação e à dimensão múltipla do tempo. A multiplicidade temporal nos remete à reflexão de Agostinho que inscreve o tempo na subjetividade e concebe a alma humana distendida em direção a uma lembrança presente das coisas passadas, a uma atenção presente de coisas presentes e a uma espera presente de coisas futuras (Cf. AGOSTINHO, 1993, p. 499). Entre os signos do futuro e as marcas do passado, o espírito age, isto é, espera, faz atenção e se lembra. É essa articulação temporal, tomada não mais no plano interior do espírito, mas no plano cotidiano, que Ricoeur concebe como o mais elementar indutor de narrativa. Podemos pensar a natureza tríplice do tempo descrita por Agostinho como *o não ainda do futuro, o nem sempre do presente e o não mais do passado*, enquanto transposta para o tempo

objetivo do mundo, porém sem confundi-la com o simples cronológico. Esse deslocamento da *distensão da alma* para o plano da práxis é possível porque Ricoeur utiliza a noção heideggeriana de intratemporalidade (*Innerzeitigkeit*), que é o nível onde o tempo é posto em paralelo com a representação linear, no entanto se mantém irreduzível a uma simples sucessão de agoras abstratos, já é um agora dotado de significação.

Os traços temporais implícitos na semântica da ação contribuem para a investigação da estrutura temporal da ação, visto que a experiência cotidiana nos inclina a perceber nossa própria história de vida sob a ótica da ambígua natureza tríplice do tempo, na qual as ocorrências sobrevindas se fusionam com outras histórias individuais e coletivas. A noção de projeto pode ser associada à idéia de futuro. O eu posso, o eu faço podem eventualmente exprimir o sentido que damos em geral ao presente. Essas histórias são por vezes recontadas sem ser ainda ordenadas sob a forma da textualização verbal. A pertença da nossa experiência temporal a um determinado contexto é tomada como uma narratividade incoativa, constituindo "um autêntico pedido de narrativa" (RICOEUR, 1983, p. 141; [p. 114]).

Essa experiência caracteriza-se então como uma estrutura pré-narrativa de onde procede a uma história recontada. O mundo de onde emerge uma história consiste em um âmbito originário que fornece os elementos essenciais à composição de uma intriga e no qual nos encontramos emaranhados. Ricoeur alude à noção de *emaranhamento* (*Verstrickung*)¹³³ para sublinhar que o narrativo não deve ser compreendido como uma projeção da literatura sobre a vida, no sentido de um artifício lançado sobre a realidade, mas deve significar fundamentalmente a continuidade das histórias não-ditas. Sem ser profundamente envolvido dentro das histórias, não é possível recontar uma história, visto que estar *emaranhado* é de algum modo “a condição de possibilidade para que possa existir uma intriga narrativa” (SCHAPP, 1992, p. 246). Desse modo, o solo (mimese I) de onde emergem as operações textuais de mimese II guarda sua consistência conforme à

¹³³ Dentre as traduções possíveis da noção de *Verstrickung*, "que define o ser mesmo da história e a maneira como o sujeito se encontra nela implicado" (Posfácio de GREISCH a SCHAPP, 1992, p. 108), há um sentido fraco: implicação (implication), e um sentido forte: “enchevêtement”, derivado de “enchevêtrer”, que pode significar embrulhar, misturar ou, na acepção figurada: complicar, confundir. Há ainda um sentido mais forte: “empêtlement”, derivado de “emprêtrer”, podendo significar pear, travar, embaraçar.

malha conceitual pertinente ao campo prático, aos símbolos mediadores de nossa experiência temporal e societária e aos traços temporais da ação indutores de narrativa.

Mimese II como síntese da heterogeneidade

Como dissemos, a operação configurativa encadeia fatos, fornecendo-nos uma idéia de um todo, de uma unidade de sentido: a ação representada tem um começo, um meio e um fim. Prossigamos então essa análise. A noção de *todo* corresponde às exigências que regulam a sucessão temporal na composição do enredo, no entanto trata-se do tempo reduzido ao vínculo lógico da intriga: o tempo da obra. Esse gênero de unidade temporal concerne à interdependência dos fatos ordenados. A coesão do *todo* constitui, para Ricoeur, a *síntese da heterogeneidade* efetuada pela transposição da ação no texto, isto é, a operação que institui certa concordância entre os fatos congregados. Entretanto, a intriga não se contenta em articular de modo concordante os elementos dispersos e heterogêneos. Os incidentes aterrorizantes e lamentáveis instalam uma ameaça para a coerência da história, embora sejam partes inerentes. A expectativa evocada pelo desenrolar das ocorrências cria uma tensão que atinge seu auge no momento denominado por Aristóteles *inversão*, transtornando a sequência da história, embora estabelecendo o discernimento lá onde antes havia incompreensão. A perplexidade despertada pelo teatral (*peripateia*)¹³⁴ supõe que o espectador atinja uma consciência, um *reconhecimento* conforme a transparência do sentido proposto na narrativa. Os efeitos de surpresa produzidos pela *inversão* da fortuna mudam radicalmente a ordem dos acontecimentos. A discordância, que funda o sentido do drama, instaura a lucidez frente à perplexidade, porquanto cria a concordância entre os fatos encadeados, constituindo então o lado predominante. A discordância insere-se no interior da concordância, evidenciando a própria estrutura da intriga (*mise en intrigue*), denominada por Ricoeur modelo *concordante-discordante*.

A dimensão cronológica desse modelo o caracteriza como uma história feita de acontecimentos. Eles se seguem *um após o outro*, indo do passado (que não é mais) em

¹³⁴ A noção de *peripateia* é empregada por Aristóteles para especificar a diferença entre a ação trágica simples e a complexa. Ela concerne à questão da *inversão* que altera as ações em direção a um sentido contrário a toda expectativa. Enquanto elemento da ação trágica complexa, o teatral – na tradução francesa: *le coup de théâtre* – reúne o efeito de surpresa ao encadeamento necessário ou verossímil das ações. Poderemos encontrar uma análise bastante instrutiva sobre essa definição nas notas dos tradutores franceses Dupont-Roc e Lallot nos capítulos 10 e 11 da *Poética* (ARISTÓTELES, 1980, p. 230 a 234).

direção ao futuro (que não é ainda). No entanto, acrescenta-se a isso a dimensão não cronológica do ato configurante,¹³⁵ que toma em conjunto o diverso dos acontecimentos para transformá-lo em história. Essa operação retira de uma sucessão episódica uma unidade temporal que não corresponde a uma sequência física do tempo, mas a uma totalidade significativa que a congrega, permitindo acompanhar o desenrolar dos fatos conforme um modo temporal inédito. Como destacamos no início, a mediação dos caracteres temporais pela organização da intriga articula uma representação do tempo na ordem de *um após o outro* (sequência cronológica) e na ordem de *um por causa do outro* (encadeamento configurativo). Apesar de a direção do tempo não ser a mesma, o *considerar-junto* do ato configurante torna a história apta a ser seguida. Dessa maneira, *seguir uma história*¹³⁶ é compreender como e porque certos episódios encontraram sua realização em uma conclusão, nem sempre previsível no interior da intriga, mas sendo aceitável pelo modo de juntar os eventos. A *conclusão* ou o *ponto final* impõe, à sequência indefinida dos incidentes, outra direção para o escoamento do tempo, fazendo que os episódios não sigam o percurso inexoravelmente linear do tempo. O fim traz à história o ponto de convergência das características temporais da configuração narrativa, de forma que, nesse momento, a intriga se dá na compreensão como um todo. Uma história que se deixa seguir, que se deixa narrar manifesta ao leitor o encadeamento efetuado pela estrutura concordante-discordante à proporção que ela combina em medidas variáveis duas dimensões temporais diferentes.

Vínculo oblíquo ao campo prático

A mimese II enquanto texto poético se manifesta desde sua origem grega pela cisão "que abre o reino da fábula e cinde a ordem da ação efetiva" (RICOEUR, 1983, p. 319; [p.

¹³⁵ Ricoeur utiliza a noção de *ato configurante* conforme o termo *configurational act* utilizado por Louis O. Mink (Cf. MINK, in DRAY, 1966, p. 160-162).

¹³⁶ Essa noção corresponde ao conceito de *followability* de Gallie (GALLIE, 1964). Ricoeur desenvolve na seção *Suivre une histoire* (RICOEUR, 1983 p. 265-276; [p. 213-222]) os principais argumentos sobre as condições de aceitabilidade que constituem a aptidão de uma história a ser seguida. Embora Gallie não faça referência de seu conceito ao de Aristóteles, Ricoeur o compara à noção de inversão (*le coup de théâtre*) no sentido de que o essencial para a *followability* é incorporar o contingente ao conjunto da história, isto é, o aspecto *discordante* não é eliminado, pois, ao contrário, é preciso inscrever esse tipo de acontecimento na narrativa aceitável.

258])). Este corte cria o mundo da ficção, mas a ação representada não se desvincula do campo prático peculiar ao prefigurativo. Esta ligação indireta, segundo Ricoeur, torna-se discernível na mediada em que temos em vista a universalidade engendrada pela intriga. Isso quer dizer que o universal definido pela Poética diz respeito ao "que poderia ter lugar" (ARISTÓTELES, 1980, p. 65). Contrariamente à crônica, que se ocupa do particular, a poesia trata de preferência do geral, que diz respeito ao encadeamento entre o tipo de coisa (um acontecimento qualquer) e o tipo de homem (nobre ou vil). Isto é, a relação entre os caracteres de alguém e suas ações pode servir de modelo universal: "é por esta razão que a poesia é mais filosófica e mais nobre que a crônica" (ARISTÓTELES, 1980, p. 65). Desse modo, o tipo de universal elaborado pela intriga não deixa de se remeter às condições de inteligibilidade de uma ação, enquanto sensata: aquela que corresponde à expectativa comum aos espíritos de uma comunidade de língua e de valor. Esta expectativa tem como pano de fundo as respostas que um agente deve poder fornecer para explicar seu agir. O conceito de ação sensata, como sabemos, pertence à razão prática no sentido da *phronésis* aristotélica: o agir sábio analisado através da ótica ética e política.

O agir sábio ou virtuoso implica na inteligência da ação enquanto modo de ser, hábito ou aplicação de uma regra. Sua efetividade depende de uma vontade que arbitra entre duas reivindicações, percebidas uma como falta, outra como excesso. Chegar a um justo meio é personalizar a norma. A ação virtuosa é preparada pela formação do caráter do indivíduo, que o impulsiona a exercer a regra. Sob o plano ético, o caráter (vil ou nobre) rege a ação, sendo dado que o justo meio se subordina a uma vontade que decide entre dois extremos. No que concerne ao fazer poético, observamos o inverso. Isto é, a representação da ação (boa ou má) designa os caracteres dos agentes. Quando Aristóteles define o objeto do muthos trágico leva em conta que "é segundo seu caráter que os homens têm tal ou qual qualidade, mas é conforme suas ações que eles são felizes ou desgraçados" (ARISTÓTELES, 1980, p. 55). Assim, o poema trágico exprime ações que atiram os homens na desgraça, mesmo se eles possuem nobres caracteres. A ética ensina o exercício das virtudes e considera as regras que conduzirão os homens à felicidade. Desta distinção, Ricoeur retém seu ponto comum: a ação sábia que a ética aconselha e a poética universaliza. Desse modo, a ação ordenada pelo muthos (*mimese* II) se mantém indiretamente ligada ao meio cultural onde se desenrola a práxis cotidiana, isto é, o mundo prefigurativo da *mimese* I.

Apesar desse vínculo oblíquo com o mundo da vida, a excelência de uma ação inventada pela composição poética pode nunca ter existido, porém se existisse efetivamente no mundo real já não seria um tema para a configuração ficcional, simplesmente porque o que de fato ocorre é assunto apropriado a outro tipo de agenciamento, aquele que traz à matéria verbal o agir concreto, aquele que já está sob o signo da anterioridade. O mundo que não existe, mas que não é irreal transparece certo alo fictício, denota algo paradoxal, se bem que a narração dos acontecimentos passados só adquire autenticidade a partir de argumentos fundados nas provas documentais. No entanto, essa exigência não anula a capacidade imaginativa própria do muthos trágico no exercício de concatenar as circunstâncias, os fatos e os motivos da ação. É isso que Ricoeur procura demonstrar quando se refere ao procedimento metodológico historiográfico, denominado imputação causal.

Imputação causal como quase-intriga

A imputação causal constitui um tipo de explicação histórica proposta por Max Weber (1992) e desenvolvida por Raymond Aron (ARON, 1991), a qual Ricoeur sustenta ter uma afinidade com a explicação pela intriga e com a explicação por leis, familiar, por exemplo, à sociologia. A lógica deste raciocínio consiste em construir, graças à imaginação, um curso diferente dos acontecimentos e em compará-los com o curso real, articulando os encadeamentos prováveis. Modificando em pensamento a significação causal de um acontecimento singular, seguir-se-ia um desenvolvimento diferente do conjunto das relações históricas componentes de certo contexto considerado. Neste caso, podem existir vários esquemas de conexões prováveis entre os numerosos fatores do curso das ocorrências, visando a discernir as relações reais que conduzem ao desdobramento dos fatos.

Para Ricoeur, essa construção imaginária probabilística manifesta certo parentesco com a explicação científica conforme três traços: a *análise dos fatores*, o *recurso às regras de experiência* e a *possibilidade objetiva*. Quanto ao primeiro, a explicação por *imputação causal* supõe a análise dos múltiplos fatores que cercam os acontecimentos. Uma seleção dos *elos de causalidade* (Cf. WEBER, 1992, p. 295) integra o exame histórico de certa classe de resultados tidos como significativos. A constatação e a explicação de um fato não transcorrem sem a verificação probabilística dos fatores, mas este procedimento não se reveste de um caráter puramente imaginativo no sentido do aleatório ou do completamente desatado da realidade. Por isso organizar o conjunto dos fatores e avaliar as consequências implica em inserir neste tipo de raciocínio o que Max Weber denomina

"regras da experiência" (WEBER, 1992, p. 305). Estas são as formas habituais de os protagonistas reagirem a contextos dados. Como vimos na seção anterior, o agenciamento das ocorrências emerge da multiplicidade de fatores heterogêneos, mas não desarticula a coerência da intriga, que se mantém inseparável das exigências racionais ou das expectativas comuns às respostas que um personagem deve fornecer para explicar seu agir. As regras da experiência destacadas por Weber são comparáveis com a *sabedoria prática* sobre a qual a ação configurada é reenviada, isto é, reenviada ao mundo real da prefiguração mimética (mimese I).

Entretanto, a construção irreal da explicação por *imputação causal*, termo ao qual Ricoeur acrescenta a palavra singular (*imputação causal singular*), manifesta de modo mais nítido a marca da cientificidade no terceiro traço considerado, o da *possibilidade objetiva*. Este último implica o deslocamento das construções irreais para um nível de julgamento que situa os fatores da causalidade sobre o plano do curso real dos acontecimentos. Trata-se da idéia de uma causalidade graduada, isto é, eleva o curso imaginário ao patamar da possibilidade efetiva. Os graus de probabilidade são dispostos entre o ponto que define a causalidade denominada *acidental* e o outro ponto que define a causalidade denominada *adequada*. Um fator candidato à *causa suficiente* é examinado segundo seu enquadramento entre esses dois extremos: a ocorrência puramente aleatória, contingente e aquela suscetível de equivaler a uma maneira habitual de agir, a uma generalidade típica concernente ao tecido social das interações intersubjetivas no campo do agir prático. Esta graduação organiza a determinação da causalidade adequada e identifica ao mesmo tempo certa descontinuidade com a explicação pela intriga, que não dispõe do tipo de cálculo probabilístico utilizado pelo historiador.

Especificamente, o poeta cria uma história e a explica recontando; ao contrário, o historiador organiza o curso dos acontecimentos e o explica argumentando. Ele argumenta porque sabe "que se pode explicar de outro modo" (RICOEUR, 1983, p. 329; [p. 266]). Isto quer dizer que um público sempre desconfiado poderá exigir mais precisão ou mesmo contestar a escolha de certos fatores da causalidade tomados como válidos. Mas a filiação da *explicação histórica* a partir da *explicação narrativa* não é rompida porque "a causalidade adequada fica irreduzível a uma só necessidade lógica" (RICOEUR, 1983, p. 329; [p. 266]). Em última instância, trata-se de uma imputação causal provável.

Segundo Ricoeur, apesar de as análises de Aron colocarem mais em relevo o aspecto descontínuo da relação entre explicação histórica e explicação narrativa que as de

Weber, não deixam de, enfim, reafirmar a continuidade entre estes modos explicativos. A *causalidade accidental* não corresponde a uma das extremidades da escala de probabilidade objetiva, dado que o estudo de Aron sobre a correlação *causalidade–contingência* permite considerar o mesmo acontecimento como *accidental* e *adequado*. O aspecto adequado se refere à causalidade que se deixa cobrir por leis ou se submete a um raciocínio lógico, o qual dependerá do conjunto dos antecedentes examinados. A reflexão de Aron sobre o que é *accidental* não se reduz a "uma simples oposição à causalidade adequada" (RICOEUR, 1983, p. 330; [p. 267]). A interferência, a complementaridade entre as causalidades sociológica e histórica, em Aron, serve de exemplo à *continuidade* entre explicação por intriga e explicação por leis. Quando o historiador estabelece o encadeamento probabilístico, insere generalidades no desdobramento das ocorrências que suscitam a pesquisa de regularidades e de leis.

A preocupação da sociologia de estabelecer leis encontra na causalidade histórica um limite a sua pretensão de cientificidade. Este fato sobressai de uma ambivalência epistemológica, isto é, o probabilismo histórico absorve as regularidades fornecidas pela sociologia, ainda que a aquisição não determine a lógica da imputação. A função da sociologia de emprestar generalidades sob a forma de leis à explicação histórica corresponde, segundo Ricoeur, à proposição essencial da obra de Aron. Esta obra se opõe à perspectiva positivista em matéria de objetividade histórica.¹³⁷ A importância científica da explicação sociológica "é roída no interior" (RICOEUR, 1983, p. 331; [p. 267]) pelos fatores do *acaso* que integram a causalidade histórica, visto que esta última se situa em um tipo de fusão do que é *accidental* e do que pode ser previsto segundo as *regras de experiência* de um contexto cultural. Deste modo, a complementaridade ou a continuidade entre as causalidades sociológica e histórica continuam circunscritas dentro de limites: as

¹³⁷ A atitude de Aron se inscreve na crítica à concepção ontológica de acontecimento histórico enquanto coisa em si, enquanto propriedade absoluta do passado, isto é, um *ter-sido-absoluto*, o qual, na sua aceção epistemológica, exprime a idéia de singularidade do que aconteceu uma só vez: o não repetível. Tal perspectiva atribui à historiografia a função de reproduzir o passado tal qual ele foi, desconhecendo o cálculo retrospectivo das decisões suscetível de resignificar os eventos. Filia-se Aron a corrente de pensadores crítica da filosofia da história como Dilthey, Simmel, Rickert e Weber (Cf. ARON, 1969).

regularidades da sociologia não subordinam a construção da rede de explicação probabilista.

Ricoeur enfatiza que as construções irrealis, para Aron, contribuem para refutar a ilusão retrospectiva da fatalidade (Cf. RICOEUR, 1983, p. 332; [p. 268]), dado que o essencial da explicação causal consiste em restituir ao passado "a incerteza do futuro" (ARON, 1991, p. 181). O caráter probabilista da explicação causal "incorpora ao passado o imprevisível que é a marca do futuro e introduz na retrospectão a incerteza do acontecimento" (RICOEUR, 1983, p. 332; [p. 269]). Neste caso, o historiador age como um narrador, redefinindo a partir de uma operação imaginária a dimensão temporal dos fatos, pois o cálculo antecipado de possíveis decisões modificará o curso dos acontecimentos, permitindo inserir o futuro do passado, que ocupará o lugar da fatalidade. Cabe acrescentar, que esse procedimento, para Aron, vai além do cálculo racional de decisões individuais, pois inclui, por exemplo, componentes motivacionais não racionais. O historiador ocupa o lugar do protagonista e, como ele, pesa as maneiras possíveis de seu agir e estima o fim e os meios à sua disposição. Contudo, o valor causal atribuído a uma decisão tomada como importante não corresponde necessariamente aos fins visados pelos agentes da ação. Os eventos apreciados reúnem uma multiplicidade de fatores heterogêneos que ocasionam uma dicotomia entre intenção e consequências da ação, pois a intencionalidade de um agente se vê envolta por um conjunto de elementos não controlados e não visados por sua vontade.

Além deste aspecto da imprevisibilidade da ação, Ricoeur considera um erro metodológico identificar as mudanças históricas com uma personagem, atribuir ao indivíduo toda a responsabilidade das modificações, uma vez que as forças sociais que atuam no plano profundo e anterior as ações individuais são, no sentido próprio do termo, anônimas. Exigir em princípio a redução do curso da história aos seus autores significa desconhecer a cisão epistemológica instaurada entre as entidades elaboradas pelo historiador, para explicar o desenvolvimento dos fatos e as personagens enquanto figuras narrativas que produzem a ação. Examinemos então as ponderações de Ricoeur acerca da personagem histórica, aquela que incorpora as estruturas, as conjunturas e ocupam o lugar dos protagonistas.

Ordem societária e o quase-personagem

Ricoeur parte do ponto de vista que o objeto irreduzível da história é a ordem societária: os historiadores se interessam pelos indivíduos na medida em que eles são considerados no quadro específico de seu círculo social, de sua sociedade singular. Em contrapartida, a ideia de sociedade não poderia sustentar-se sem a referência aos indivíduos que a compõem. Uma vez que a noção de sociedade é levada em conta como uma entidade singular, pode ser considerada no discurso histórico como uma quase-personagem. Vejamos em que sentido Ricoeur adota o conceito de sociedade como etapa (*relais*) que permite a derivação das entidades historiográficas a partir dos personagens da narrativa.

Ricoeur integra a sua análise a noção de sociedade segundo Maurice Mandelbaum (1977), que a define como uma organização territorial, uma estrutura institucional e uma continuidade temporal (Cf. RICOEUR, 1983, p. 344; [p. 278]). Esses três traços do conceito remetem aos indivíduos que habitam um território particular, que representam os papéis estipulados pelas instituições e que perpetuam, pela substituição das gerações, a continuidade histórica da sociedade. Nessa definição, a referência indireta aos indivíduos não constitui um tema específico para o historiador, mas é pertinente à inquietação do filósofo, particularmente à fenomenologia hermenêutica ricoeuriana. A origem do elo entre os indivíduos e a sociedade se encontra no fenômeno de *pertença participativa* que qualifica os portadores da ação como *membros de*. Pertencer a uma sociedade como seu membro significa poder ser reconhecido como tal, isto é, provado e declarado, todavia esse reconhecimento é atestado segundo as mediações simbólicas - os códigos, os valores, os costumes, a língua - pelas quais se identifica e se exprime o vínculo ontológico.

O elo de *pertença* do indivíduo a uma sociedade é real e ontológico na medida em que "tem prioridade sobre a consciência que os membros tomam dela" (RICOEUR, 1983, p. 348; [p. 281]). Isto quer dizer que este vínculo pode ser experimentado (*com aprovação ou com execração*), esquecido, negligenciado, dissimulado, mas sua possibilidade pressupõe sua anterioridade. A tomada de consciência não é um elemento constitutivo do elo de *pertença*, porém um momento posterior que se incorpora à condição de *membro de*. O momento ontológico caracterizado como *membro de* e aquele da tomada de consciência deste vínculo, sob suas diversas modalidades e graus, exprimem a polaridade entre o grupo e o indivíduo sobre a qual se inscreve a noção de *pertença participativa*.

O que atrai Ricoeur ao conceito de Mandelbaum é o caráter oblíquo da referência aos indivíduos componentes de uma sociedade. Isso lhe permite estender a noção de personagem da narrativa ao fenômeno societário, tido como uma entidade de primeira ordem ou a entidade de base utilizada metodologicamente pelo historiador e suscetível de se comportar na cena da história enquanto um grande indivíduo responsável por certos cursos de ações e por certos resultados, mesmo não queridos intencionalmente. Esta analogia se justifica também no campo narrativo, porque o lugar da personagem é ocupado por qualquer um designado pela narrativa como sujeito gramatical de um predicado da ação. Na intriga, nada exige que o autor real da ação seja o personagem da história. Isso significa que a teoria narrativa despreza o personagem do indivíduo. Nesse sentido, Ricoeur concebe as entidades de base da historiografia, quer sejam denominadas nação, classe, povo, comunidade ou civilização, como quase-personagens. Isso ocorre porque a noção narrativa de personagem, no nível da mimese II (*configuração*), serve de etapa, de ponto de apoio que torna possível o reenviar indireto da própria ação posta em texto ao plano dos agentes implicados na prática real, ao nível da mimese I (*prefiguração*) onde se desenrola a ação cotidiana. Em outros termos, as entidades historiográficas são construídas sobre o plano mimético da configuração, pois compomos uma história na qual os protagonistas podem ser desatados dos agentes reais, sem perder o vínculo com o plano pré-configurativo da circunscrição cultural e societária em que se efetiva o *vivido* prático.

Temporalidade e o quase-acontecimento

A personagem, seja um determinado indivíduo ou um fato social, será sempre um promotor de acontecimentos, os quais se prestam a ser componentes de uma proposição de sentido configurada pela intriga. Vejamos então o que explica Ricoeur a respeito do conceito de acontecimento em seu suposto vínculo com as operações narrativas comuns ao âmbito mimético e historiográfico. O acontecimento enquanto resultado das ações humanas, enquanto produto da intervenção de protagonistas no mundo traduziu uma concepção característica da história política, militar e diplomática. Essa noção de acontecimento foi contestada pela Nova História francesa a partir dos anos 30 e 40. A dimensão essencialmente política da história foi acusada de reduzi-la a um "teatro de aparências" (LE GOFF, 1978, p. 215), deixando o verdadeiro jogo das estruturas ocultas sem explicação nem análise. A investigação dos motivos profundos e múltiplos do curso dos acontecimentos foi tida como limitada aos caprichos dos *grandes homens* ou

como se dissolvendo no afrontamento das diplomacias rivais. A história que se pauta em tal concepção é identificada com uma história simplista que permanece na superfície dos eventos, história de curto termo, incapaz de entender e de explicar tanto o permanente quanto as mudanças.

Nesse contexto forjou-se o conceito de *longa duração*, oposto ao de *curta duração* enquanto nível superficial das ocorrências integrado na idéia de *multiplicidade do tempo*.¹³⁸ Encontramos níveis distintos da temporalidade no próprio arcabouço dos três tomos da obra de Braudel (1990). O primeiro trata das relações dos homens "com o meio que os envolve" (RICOEUR, 1983, p. 186; [p. 149]): os homens vivendo na ambiência circunvizinha. É o tempo geográfico. Esse nível corresponde ao que Braudel desenvolveu no primeiro tomo de sua obra *La part du milieu*. São as forças permanentes agindo sobre as vontades humanas. O segundo concerne às forças impessoais e coletivas: é o *tempo social*. Esse grau é exposto no segundo tomo *Destins collectifs et mouvements d'ensemble*, correspondendo ao plano propriamente histórico, isto é, o patamar da *longa-duração*, por exemplo, a temporalidade do reino de Philippe II da Espanha. O terceiro compreende o nível das forças imprevisíveis do acaso, das variações súbitas da *breve-duração*. Esse grau temporal foi tratado no terceiro tomo, intitulado *Les événements, la politique et les hommes*.

A depreciação da noção de acontecimento leva à negação do caráter narrativo da história, visto que aí não há personagens. A história política foi substituída pela história social, concebida enquanto fenômeno humano total, compreendendo grupos, classes, instituições, estruturas coletivas envolvidas no meio geográfico quase imóvel. A Nova História parece ser "uma história sem personagens e até mesmo sem narrativa" (RICOEUR, 1983, p. 314; [p. 254]), uma vez que a ação individual não mais sendo o tema da história, o agir passa a ocupar um nível temporal menos significativo do que as forças e correntes estruturais. Com Braudel, acontecimento e tempo coincidem, embora o tempo de *curta duração* não possua a força heurística da

¹³⁸ Le Goff sublinha no artigo citado acima que uma das tarefas da *Nova história* consistia no retratamento da noção de tempo, isto é, desfazer a idéia de um *tempo único, homogêneo e linear*. O desafio era então construir sobre conceitos operacionais os diversos tempos de uma sociedade. As obras de Halbwachs (1925) e Guvitch (1958) constituem o modelo teórico sobre o qual se apóia essa renovação.

temporalidade própria das estruturas coletivas. Entre o tempo histórico e o tempo da ação, apresenta-se uma defasagem, e é nesse sentido que Ricoeur se refere à dispersão do tempo configurado segundo as temporalidades longa e muito longa, as quais parecem "sem relação discernível com o tempo da ação" (RICOEUR, 1983, p. 315; [p.254]). Desse modo, o tempo histórico, não mais se referindo ao presente vivo de uma consciência subjetiva, isto é, "sem vínculo com o tempo da memória, o da expectativa e o da circunspecção de agentes individuais" (RICOEUR, 1983, p. 314; [p.254]), arrisca-se a ser inscrito sobre um plano exclusivamente cosmológico e linear, alheio à própria natureza tríplice do tempo.

O interesse pela obra de Braudel é justificado porque ela torna pensável a correlação entre uma história bastante longa, uma longa e uma de curta duração, marcada pela instantaneidade das decisões individuais. Entenderemos melhor essa correlação a partir do princípio de unidade, que mantém articulados os três níveis da temporalidade. Este princípio unificador constitui o conceito mesmo de longa duração, aquele que mediatiza, ou mais especificamente, aquele que efetua, segundo Ricoeur, a transição entre a bastante longa e a breve duração, assegurando o enquadramento dos três níveis da temporalidade. Esse nível, o da longa duração, exprime um fluxo e uma hierarquia dos contextos nos quais a superposição e o entrelaçamento compõem o conjunto onde os acontecimentos são convocados para testemunhar os pontos de contato, de fricção, de conflitos estruturais. Nesse patamar, os acontecimentos exercem uma função de sintomas das grandes modificações, tal foi a vasta translação de força que fez voltar o império espanhol ao Atlântico e à América. É a função de síntese da longa duração que Ricoeur considera "uma expansão do traço cardeal do tempo narrativo" (RICOEUR, 1983, p. 396; [p. 320]). Esse traço exprime a capacidade de integração e de mediação da estrutura *concordante-discordante* da intriga. A operação de pôr em texto a ação faz de uma sucessão episódica uma unidade, um todo que não corresponde necessariamente à sequência física do tempo. Isto é, o tempo configurado pela intriga possui traços opostos: um de ordem cronológica e outro de ordem não-cronológica. O tempo narrativo é formado de uma síntese entre o componente cosmológico e do componente configurativo.

Os elementos temporais da mimese da ação não são eliminados pela narrativa histórica. A esfera da ação como grau de uma escala temporal utilizada pelo historiador para reconstruir a experiência humana no tempo é, para a análise ricoeuriana, o ponto de partida que renova a significação da correlação *tempo-acontecimento*. No final de sua reflexão sobre Braudel, Ricoeur verifica que a noção de acontecimento se apresenta

segundo três modalidades: como um suplemento e um complemento explicativo, como dissonância entre as estruturas e como vida e morte das estruturas. Essas modalidades são unificadas a partir da função mediadora da *longa duração*, que demonstra a aptidão de conjugar dimensões temporais diferentes, estabelecendo assim as condições para forjar a idéia de que toda modificação penetra no domínio da história enquanto *quase-acontecimento*.

Como vimos, o encadeamento configurativo (mimese II) manifesta certo caráter paradoxal, pois, apesar de instaurar a cisão entre real e fictício, preserva um vínculo com o âmbito prefigurativo (mimese I), que é o campo da experiência temporal cotidiana enquanto estrutura indutora de narrativa, enquanto uma narratividade incoativa que nos inclina a perceber a nossa própria história de vida conforme a ambígua natureza tríplice do tempo, na qual as ocorrências sobrevindas se fusionam com outras histórias individuais e coletivas. Esse caráter paradoxal se acentua quando o rigor científico concernente à explicação histórica é posto em correlação com a inteligibilidade própria da mimese. Em decorrência disso, Ricoeur elabora a noção de *quase-intriga* (imputação causal singular), que religa os procedimentos explicativos à força explicativa do ato mimético, e a noção de *quase-personagem*, que mantém o elo entre as entidades construídas pelo historiador e os personagens do muthos trágico. Por fim, o *quase-acontecimento* vincula a multiplicidade do tempo histórico à dialética temporal da intriga e conjuga, desse modo, dimensões diferenciadas da temporalidade. Em suma, a especificidade científica de uma explicação histórica, a diversidade do que pode ser considerado como agentes de uma ação e a multiplicidade do tempo não tornam dicotômicos o saber histórico e a composição mimética.

Referências:

- ARON, R. **Introduction à la philosophie de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1991, (Collection Tel).
_____. **La philosophie critique de l'histoire. Essai sur une théorie allemande de l'histoire**. Paris: Vrin, 1969.
- ARISTÓTELES. **La Poétique**. Tradução de Roselyne Dupont-Roc e Jean Lallot. Paris: Seuil, 1980.
- AGOSTINHO. **Confessions**. Tradução de Arnaud de Andilly. Paris: Gallimard, 1993.
- BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- BRAUDEL, F. **La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II**. 9. ed. Paris: Armand Colin, 3 tomos, 1990.
- DANTO, A. **Analytical Philosophy of History**. Cambridge University Press, 1965.

- DRAY, W. **Laws and explanation in History**. New York: Oxford University Press, 1957.
- FRANKEL, C. **Explanation and Interpretation in History**, In: GARDINER, Patrick. (Org.). *Theories of History*. New York: The Free Press, 1959, p. 408-427.
- GARDINER, P. (Org.). **Theories of History**. New York: The Free Press, 1959.
- GALLIE, W. **Philosophy and the Historical Understanding**. New York: Schocken Books, 1964.
- GAGNEBIN, J. **Da dignidade ontológica da literatura**. In NASCIMENTO, Fernando e SALES, Walter. *Paul Ricoeur: Ética, Identidade e Reconhecimento*. Rio: PUC/Rio; São Paulo: Loyola, 2013.
- GUVITCH, G. **La multiplicité des temps sociaux**. Paris: C.D.U., 1958.
- HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Alcan, 1925.
- LE GOFF, J. **L'histoire nouvelle**. In : LE GOFF, Jaques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques (Orgs.). **La nouvelle Histoire**. Paris: Retz - CEPL, 1978, p. 210-241.
- HEMPEL, C. **The Function of General Laws in History**. In : GARDINER, Patrick. (Org.). *Theories of History*. New York: The Free Press, 1959, p.344-356.
- MANDELBAUM, M. **The Anatomy of Historical**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1977.
- MINK, L. **The Autonomy of Historical Understandig**. In DRAY, William. *Philosophical Analysis and History*. New York: Harper and Row, 1966, p. 160-192.
- NAGEL, E. **Some Issues in the Logic of Historical Analysis**. In : GARDINER, Patrick.(Org.). *Theories of History*. New York: The Free Press, 1959, p.373-386.
- RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000, (Collection L'ordre philosophique).
- _____. **Histoire et vérité**. 2ed. Paris: Seuil, 1964, (Collection Esprit).
- _____. **Temps et récit**. Paris: Seuil, v.I, 1983, (Collection Essais).
- _____. **Tempo e Narrativa**. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, v.I, 1994.
- SCHAPP, W. **Empêtrés dans des histories. L'être de l'homme et de la chose**. Tradução de Jean Greisch. Paris: Cerf, 1992.
- WEBER, M. **Essais sur la théorie de la science**. Tradução de Julien Freund. Paris: Plon, 1992.
- WHITE, H. **Metahistory: The Historical Imagination in XIX th Centyry Europe**. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1973.
- WRIGHT, H. **Explanation and Understanding**. Londres: Routledge and Paul Kegan, 1971.